



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 7.387 / 24

Rubrica: Fls: 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: dc821366-8cf1-40e9-b018-897a34fbbd0d  
Protocolo: Processo Requerimento Nº 007387/2024  
Data: 25/03/2024 12:14:26  
Origem: UPTAL ENGENHARIA CONSULT COM DE ART LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Contato: UPTAL ENGENHARIA CONSULT COM DE ART LTDA  
\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*  
Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA  
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS  
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 25/03/2024 12:53:16	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Solicito a desabilitação da empresa abaixo pelos seguintes motivos:

1) **Empresa: JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 24.977.781/0001-37**:

- O valor ofertado para diária de R\$ 295,00 pela empresa é inferior ao valor mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

UPTAL ENGENHARIA  
CONSULTORIA COMÉRCIO  
DE ARTIGOS LTDA

CNPJ:

34 550596/0001-15



**À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**Ilmo. Sr. Pregoeiro**

**Pregão Eletrônico N° 276/2023 (SRP)**

**JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, estabelecida na Rua CARLOS FOX S/N, LOTE 02 QUADRA 53 PTE, JARDIM CATARINA, SÃO GONÇALO/RJ, CEP: 24.717-101, inscrita no CNPJ sob nº 24.977.781/0001-37, neste ato representada por JOSE EMILIANO DA SILVA IRMÃO, portador(a) do RG sob nº 185596TD CREA RJ, e CPF 012.727.40730, cuja função/cargo é sócio administrador, residente na Alameda João Corner, 61. Colubandê, SÃO GONÇALO RJ, CEP: 24.744-770, conforme art. 164, § 4º da Lei nº 14.133 /2021, em tempo hábil, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar

### **CONTRARAZÕES**

Em razão dos recursos interpostos por **UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO, MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUCOES CONTRA INCENDIOS, E, RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA**, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover os recursos interpostos:

#### **I - FATOS:**

De forma sucinta e objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado no município de FRIBURGO que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS, para contratação de empresas





especializadas para os serviços de: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos, Apoio a Segurança Não Armada para eventos, Locação de Banheiro Químico e Lavatório Portátil para eventos, ao qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 276/2023.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório.

No resultado, justamente a presente empresa **CONTRARAZOANTE** foi declarada como **VENCEDORA** por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, o que suscitou uma **INJUSTA IRRESIGNAÇÃO DAS RECORRENTES**, que interpuseram recursos administrativos fazendo apontamentos INFUNDADOS e INOPORTUNOS para tentar afastar a correta decisão que declarou esta como **HABILITADA**.

Entretanto, conforme será demonstrado, os recursos administrativos não merecem provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e desarrazoadas.

## **II - DAS RAZÕES PARA MANTER A HABILITAÇÃO DA EMPRESA ORA RECORRIDA:**

Importa trazer que os recursos interpostos são vestidos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório ao qual o objetivo é: **PROPORCIONAR SERVIÇO DE QUALIDADE A POPULAÇÃO DE FRIBURGO, SEM ONERAR O ERÁRIO PÚBLICO**, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Inicialmente cabe debater sobre os referidos recursos abaixo:

### **UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO, interposto 19/03/2024:**





Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Laudos de Vícios Construtivos,  
Sistema de Prevenção Contra Incêndio - Execução, Perícias e Assistência  
Técnica Judicial, Autovistoria Predial, Avaliações de Imóveis,  
Projetos (Hidrossanitários e Elétrica) e Brigada de Incêndio

Solicito a desabilitação da empresa abaixo pelos seguintes motivos:

1) Empresa: **JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **24.977.781/0001-37**:

- O valor ofertado para diária de R\$ 295,00 pela empresa é inferior ao valor mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

## MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUCOES CONTRA INCENDIOS, INTERPOSTO EM 20/03/2024:



# Master Fire

Solicito a desabilitação da empresa abaixo pelos seguintes motivos:

1) Empresa: **JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **24.977.781/0001-37**:

No inciso III do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 estabelece, como um dos objetivos do processo licitatório, evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis, sem fixar, contudo, um critério estável, segundo o qual possa ser alcançável os parâmetros para que uma proposta possa ser considerada inexequível.

A despeito do obstáculo quanto à objetiva compreensão do termo, o artigo 59, III, testifica que serão desclassificadas as propostas que *"apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação"*. Logo, inconteste o desafio da administração pública pela busca da proposta que atenda o ideal (mas quimérico) preço de mercado, é dizer, nem tão elevado, tampouco exageradamente abaixo da realidade mercadológica.

O valor ofertado para diária de R\$ 295,00 pela empresa é inferior ao valor mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32 conforme a tabela em anexo, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

Ambos apresentaram recurso de algumas linhas na tentativa de discorrer sobre o valor ofertado que supostamente estaria em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024.

**Ora, Nobres Julgadores, com uma simples leitura da referida Convenção verifica-se que o valor alegado pelas empresas recorrentes como "inferior ao valor mínimo do salário base da categoria" deixou de observar que**

Av. Carlos Fox, s/n LT 02 QD 53 PARTE Jd. Catarina São Gonçalo - RJ CEP: 24717-100 TEL:3712-0726 e-mail: [grupotranger@hotmail.com](mailto:grupotranger@hotmail.com)



o valor de R\$331,32 na tabela da CCT 2022/2024 MTE RJ000990/2023 é referente a função profissional FREE LANCER.

Logo, não é este o tipo de contratação a ser utilizada para efetivação do Contrato, pois o significado de free lancer, nada mais é que ser autônomo. Ou seja, difere de ter um contrato entre o profissional e uma empresa, como é neste caso concreto.

Desta forma, torna-se insustentável o argumento trazido pelas empresas Recorrentes.

Com a devida vênia, as empresas recorrentes tentam levar o Pregoeiro e sua equipe de apoio ao erro, fazendo um verdadeiro contorcionismo interpretativo da legislação a fim de mudar as regras do presente certame após um resultado desfavorável.

PARA ALÉM: A presente empresa recorrida foi declarada vencedora do pregão, tendo apresentado o menor preço e tendo sido, em seguida, devidamente habilitada. As RECORRENTES registraram intenção de recurso, servindo-se de razoar VAZIAMENTE os recursos com a alegação de que teria EXISTÊNCIA DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

Toda a montagem de custos foi efetuada através de preços compatíveis para a realidade da empresa, AINDA ASSIM, existindo dúvidas quanto a possibilidade, caberá a Comissão realizar diligências para comprovação de exequibilidade (uma vez que não se trata de valor absurdamente BAIXO como alega), e não promover a desclassificação da empresa recorrida.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ao





mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade e probidade administrativa, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Demais disso, as Orientações e Jurisprudência do Tribunal de Contas da União sobre Licitações e Contratos são bastante elucidativas no que se refere à necessidade de vinculação não só do certame, mas também do próprio contrato e de sua execução ao instrumento convocatório.

Em vista ao exposto, é forçoso concluir que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório tem extrema importância, **na medida em que além de impor que as normas nele estipuladas devem ser fielmente observadas pela Administração e pelos administrados, assegura o cumprimento de inúmeros outros princípios atinentes ao certame: transparência, igualdade, impessoalidade, publicidade, moralidade, probidade administrativo, julgamento objetivo e segurança jurídica.**

De fato, uma proposta não pode ser considerada inexequível apenas porque a licitante perdedora não conseguiria executá-la e/ou por adotar modelo diverso, com menor eficiência e economicidade. As condições econômico-financeiras da corrente e da sua proposta não são parâmetros de exequibilidade.

Conforme Marçal Justen Filho, "A desclassificação por inexequibilidade apenas pode ser admitida como **EXCEÇÃO**, em hipóteses muito restritas. O núcleo da concepção ora adotada reside **na impossibilidade de o Estado transformar-se em fiscal da lucratividade privada e na plena admissibilidade de propostas deficitárias**". Ainda, ao apresentar argumentos





contrários à desclassificação por inexecutabilidade, o autor descreve a distinção entre inexecutabilidade absoluta (subjetiva) e relativa (objetiva):

“A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade patrimonial do licitante. Se ele dispuser de recursos suficientes e resolver incorrer em prejuízo, essa é uma decisão empresarial privada. Não cabe à Administração a tarefa de fiscalização da lucratividade empresarial privada. Sob esse ângulo, chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa (...).”

Sendo assim, não há qualquer fundamento para a desclassificação da proposta vencedora, uma vez que os preços praticados na proposta da **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS** são perfeitamente adequados e exequíveis, compatibilizando-se com os custos da prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado

Ressalta-se, por fim: existe autorização expressa da Administração Pública para a concretização de todos os atos realizados para com o certame, além de ser importante ressaltar também a boa-fé administrativa em ter concluída a licitação de forma justa, não fazendo **NENHUM** sentido interpor recurso administrativo, onerando a Administração Pública com lides que apenas atrasam a conclusão da licitação.

**Passado as questões sobre o preço ofertado, há de se verificar as razões recursais interpostas pela empresa RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, em 22/03/2024:**

Em primeiro lugar diz a Recorrente que a empresa JRF, ora Recorrida, se declarou beneficiária da Lei Complementar 123/2006.

**Vale esclarecer que, não houve qualquer declaração**



preenchida por esta empresa declarando ser ME/EPP, conforme se pode verificar mediante a documentação anteriormente enviada.

Ainda no tocante a documentação enviada, a Certidão da Dívida Ativa Municipal quando solicitada pelo Sr. Pregoeiro em 13/03/2024 às 14:36:37h esta fora prontamente enviada para o sistema dentro do prazo estabelecido, conforme registro de recebimento de anexo através de mensagem do Chat.

Os demais documentos de habilitação, requisitados em edital, todos foram enviados e conferidos e aprovados pela Comissão de Licitação, conforme mensagem:

Mensagem do Pregoeiro

Informo que a empresa JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA comprovou atender às exigências editalícias.

Enviada em 19/03/2024 às 11:23:29h

Em verdade, o pregoeiro tem o dever de preservar o menor preço e diligenciar aos órgãos competentes, Conforme dispõe o edital:

*14.15 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.*

Mais uma vez, vale destacar cláusula expressa do edital que nada



tem haver com ME/EPP bem como tentar erroneamente argumentar a empresa Recorrente, RIO FORTE:

*15.8 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, nos termos do art. 39, §6º, IN 73/2022.*

Nesse sentido dispõem o art. 43, §3º, todos do Decreto 10.024/2019:

*§ 3º A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.*

A doutrina selecionada também já se manifesta sobre a possibilidade de o pregoeiro realizar consultas online com o fito de verificação. Nesse sentido, os ensinamentos de Joelde Menezes NIEBUHR:

*O pregoeiro, se quiser, pode ele mesmo verificar os requisitos de habilitação exigidos dos licitantes nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões. Então, em vez de solicitar que os documentos sejam apresentados por fax e, posteriormente, original ou fotocópia autenticada, o pregoeiro pode ele mesmo acessar os sites que emitem certidões e verificar as condições de habilitação do licitante, sem que o mesmo tenha que lhe apresentar qualquer documento. NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 376.*

Para Diógenes Gasparini:





Auspicioso aperfeiçoamento vem avançando no quadro normativo e na jurisprudência dos tribunais de contas quanto à possibilidade de admitir-se o suprimento de documentos de habilitação não apresentados no envelope ou apresentados com prazo vencido. [...] O Ac. nº 1.758/03, do Plenário do TCU, DOU de 28.11.03, proclamou a licitude de pregoeiro haver autorizado a inclusão, no curso da sessão pública, de documento de habilitação que, nada obstante vencido no envelope, por lapso, foi suprimido por informação do registro cadastral onde se encontrava atualizado. E o Decreto nº 5.450/05, ao cuidar do pregão eletrônico na Administração federal, vem de reconhecer, em seu art. 25, § 4º, que "Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova". Atenua-se em termos o aparente rigorismo da parte final do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

Ainda temos as seguintes lições de Marçal JUSTEN FILHO:

Se as informações estiverem disponíveis 'online', **caberá ao próprio pregoeiro, de ofício, realizar a consulta sobre a situação do licitante.** Isso abrange não apenas as informações disponíveis em cadastros como o SICAF, mas também outras situações em que é possível acessar informações via Internet. Assim se passa com informações atinentes à Receita Federal, ao INSS e assim por diante. JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão: Comentários à legislação do Pregão comum e eletrônico. 6. ed. São Paulo: Dialética, 2013. p. 385.

Acerca do tema, também já se manifestou Hely Lopes Meirelles:



A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados. (...) Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 274.)

O que se percebe, tanto na melhor doutrina quanto na jurisprudência mais aclamada, é a homenagem ao princípio do formalismo moderado, que, aliás, é corolário do princípio da eficiência (CF, art. 37, caput).

**Portanto, fica claro que, por questão de razoabilidade e prudência, nas hipóteses de falha sanável a lei permite ao agente condutor do certame a realizar diligência apta a esclarecer ou complementar a instrução processual, de acordo com o disposto no art. 64, §1º da Lei Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Aliás, no presente caso, o saneamento de falha por parte do pregoeiro não seria apenas uma faculdade, mas um dever, em face do princípio da vantajosidade, bem como em face do já aludido princípio do formalismo moderado.**

**OU SEJA, NADA TEM QUE SE FALAR EM SER CONDIÇÃO ESPECIAL PARA ME OU EPP.**

**O SR. PREGOEIRO APENAS AGIU DE ACORDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

A jurisprudência pátria também é uníssona quanto ao dever do pregoeiro em promover diligências para sanar falhas materiais, sempre em busca da efetivação dos princípios mais caros à Administração Pública



(vantajosidade, razoabilidade, formalismo moderado, legalidade e eficiência).  
Veja-se o entendimento consolidado do Egrégio TCU:

- a) a Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, determina que somente serão admitidas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações; e que a lei de licitações, em seu art. 3º, § 1º, I, determina, por sua vez, que é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar condições que frustrem o caráter competitivo ou que estabeleçam preferências ou distinções impertinentes ou irrelevantes para o objeto do contrato;
- b) Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. Acórdão 357/2015- Plenário | Relator: BRUNO DANTAS. ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação. Outros indexadores: Princípio do formalismo moderado.





- c) c) Não se desclassifica propostas de licitante pelo descumprimento de exigências pouco relevantes, em respeito ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Acórdão 11907/2011-Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN. ÁREA: Licitação | TEMA: Proposta | SUBTEMA: Desclassificação Outros indexadores: Exigência, Princípio do formalismo moderado, Irrelevância Descumprimento, Princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Sendo assim, a legalidade da decisão que habilitou a recorrida merece ser mantida para atender aos princípios da Eficiência e o da Isonomia que regem a matéria em exame, eis que a **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA** tomou todos os cuidados necessários para respeitar e cumprir com o que foi estritamente estipulado pelo Edital.

### III – DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer:

- 1- **SEJA NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS INTERPOSTOS**, mantendo-se o ato da Comissão que habilitou a empresa licitante **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.



2- Seja a JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA DECLARADA VENCEDORA POR SUA PROPOSTA NO PREGÃO ELETRÔNICO 276/2023, pelos fatos e motivos acima expostos.

Nestes Termos

P. Deferimento

São Gonçalo, 27 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente  
JOSE EMILIANO DA SILVA IRMAO  
Data: 27/03/2024 16:40:07-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**

**CNPJ 24.977.781/0001-37**

**Rep Legal: JOSÉ EMILIANO DA SILVA IRMÃO**

**24.977.781/0001-37**

**JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA**

**Rua Carlos Fox, S N. Lt 02, Qd 53. Pte.**

**Jardim Catarina. Cep: 24.717-101**

**São Gonçalo - RJ**

**Comissão de Pregão I**

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023.

Processo Licitatório nº: 22.400/2023

Processos de Recurso nº: 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 276/2023

**OBJETO:**

Trata-se de RECURSOS interpostos pelas empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, inscrita no CNPJ: 38.257.479/0001-19, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, inscrita no CNPJ: 34.550.596/0001-15 e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 18.235.645/0001-79, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recursos Administrativos, conforme comprovam os documentos acostados aos Processos de Recurso nº 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.



## Comissão de Pregão I

### I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos a partir do dia 19/03/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 22.400/2023, as empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA manifestaram a intenção de interpor recursos.

Por uma simples análise dos presentes Recursos, verifica-se que os mesmos foram enviados com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

### II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, as recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA alegam que haveria indício de inexecuibilidade da proposta, pois o valor de R\$295,00 ofertado para a diária pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, seria inferior ao mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

Já a recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA alega que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, declarou-se beneficiária da Lei Complementar 123/06 para regularização de documentos de qualificação fiscal, mas não faria jus ao tratamento diferenciado previsto na referida



### Comissão de Pregão I

Lei, pois teria celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

### III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA alega que não se sustentaria o argumento trazido pelas recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, pois a simples leitura da referida Convenção comprovaria que o valor alegado como "inferior ao valor mínimo do salário base da categoria" deixou de observar que o valor de R\$331,32 na tabela da CCT 2022/2024 MTE RJ000990/2023 seria referente à função profissional FREE LANCER, que não seria o tipo de contratação em questão, pois no caso concreto haveria um contrato entre o profissional e uma empresa. *RM*

Já quanto às alegações da recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, a recorrida alega que:

- 1) não teria havido qualquer declaração preenchida pela empresa declarando ser ME/EPP, conforme seria possível verificar pela documentação anteriormente enviada;
- 2) a Certidão da Dívida Ativa Municipal teria sido prontamente enviada para o sistema dentro do prazo estabelecido, conforme registro de recebimento de anexo através de mensagem do Chat quando solicitada pelo Sr. Pregoeiro em 13/03/2024 às 14:36:37h, assim como os demais documentos de habilitação, não tendo sido aplicado benefício para ME/EPP.





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.387/2024

RUBRICA: *fr.* FOLHA: *20*

## Comissão de Pregão I

### IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação de que a proposta apresentada pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA seria inexequível, além de observar que tal possibilidade só seria considerada após diligência do pregoeiro que comprovasse que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistiriam custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, conforme o subitem 14.4.1 do Edital, vejamos a jurisprudência do TCU acerca da matéria:

*"A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta."* (Acórdão 3092/2014 – Plenário)

*"A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada."* (Acórdão 1079/2017 – Plenário)

*"É relativa a presunção de inexequibilidade de preços, devendo a Administração ofertar ao licitante a possibilidade de comprovar sua capacidade de bem executar o contrato com os preços propostos."* (Acórdão 964/2010-Primeira Câmara)

*"Em qualquer situação de suposta inexequibilidade é inadmissível a desclassificação direta de licitantes sem que lhes seja facultada oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados."* (Acórdão 79/2010 – Plenário)



### Comissão de Pregão I

"O exercício do juízo de inexecuibilidade demanda máxima cautela e comedimento, mostrando-se irregular a desclassificação de empresas sem que tenha restado demonstrado, de forma evidente, a impossibilidade de prestação do serviço pelo valor ofertado." (Acórdão 284/2008 - Plenário)

Sobre a matéria, vide as considerações de JUSTEN FILHO:

"A desclassificação da proposta por irrisoriedade de preço depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução (...). Também deverá ser examinado se o coeficiente de produtividade previsto na proposta (ainda que implicitamente) é adequado aos termos previstos para a execução do contrato."

Não por outra razão que, tanto sob o viés doutrinário quanto jurisprudencial, tem se afirmado que a inexecuibilidade se reveste de presunção relativa. Isto quer significar, em termos práticos, que poderá a proponente afastá-la (inexecuibilidade), mediante comprovação de sua efetiva capacidade de executar o objeto licitado pelo preço oferecido. E nem poderia ser diferente, eis que seria inconcebível que a mera aplicação de uma fórmula matemática ou critérios máximos de aceitabilidade prevalecessem sobre a realidade.

Conforme os julgados supramencionados, não cabe a desclassificação de proposta por inexecuibilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados, o que fora realizado pelo Pregoeiro no dia 13/03/2024 às 14:22:32, conforme consta no Termo de Julgamento referente ao grupo 1 que integra o Processo 22.400/2023. Considerando que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, torna-se desarrazoada a alegação da recorrente.



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.387/2024

RUBRICA: *ap* FOLHA: *22*

## Comissão de Pregão I

Já quanto à alegação da JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA de que não havia se declarado ME/EPP, vejamos o print do sistema que mostra que a referida empresa se declarou ME/EPP para participar da licitação em comento.

<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/seguir/governo/selecao-fornecedores?etapa=FR&identificador=995867050027620...>

**Compras.gov.br** PREF. MUN. DE NOVA FRIBURGO | 985867

Seleção de fornecedores - Fase recursal Pregão Eletrônico - UASG 985867 - N° 276/2023 (SRP) (Lei 14.133/2023)

Online

Itens Fornecedores

Todos os Fornecedoros

16784818/0001-82 ME/EPP	M S SERRA SERVICOS LTDA	Itens habilitados 2 de 2	▼
40956540/0001-68 ME/EPP	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	Itens habilitados 1 de 1	▼
24977781/0001-37 ME/EPP	JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	Itens habilitados 1 de 1	▼

Ademais, no contrato social enviado pela recorrida consta "Empresa de Pequeno Porte", conforme podemos observar a seguir:

**JUCERJA**

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)  
**33.6.0034872-2**

Tipo Jurídico  
**Sociedade empresária limitada**

Porte Empresarial  
**Empresa de Pequeno Porte**

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

Nome  
**JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**

Código Ato  
**002**

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX

Nº do Protocolo  
**2024/00153179-8**

**JUCERJA**

Último arquivamento:  
00005770178 - 01/11/2023

NIRE: 33.6.0034872-2

JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA

Boleto(s):

Hash: CCB90429-C8DE-45C5-8077-F9135BC8F458

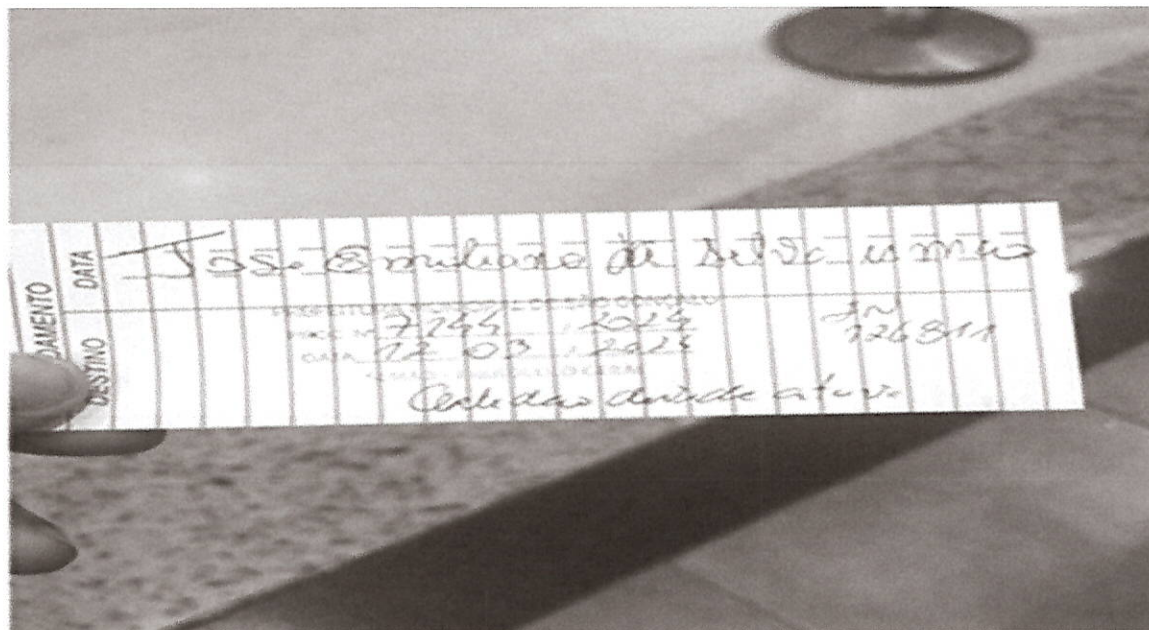
Orgão	Calculado	Pago
Junta	460,00	460,00
DNRC	0,00	0,00



### Comissão de Pregão I

Contrariando a alegação de que a JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA não se beneficiou da Lei Complementar 123/06, vejamos a transcrição do chat das mensagens enviadas pelo Pregoeiro:

- Dia 13/03/2024 às 14:27:09: "Sr. licitante quanto a documentação de habilitação a empresa apresentou um protocolo de solicitação a Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ, referente a CND de Dívida Ativa".



- Dia 13/03/2024 às 14:28:52: "O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021".



### Comissão de Pregão I

- Dia 13/03/2024 às 14:32:16: *"Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões".*
- Dia 13/03/2024 às 14:36:37: *"Desse modo fica solicitada também a entrega da Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo".*

A Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, não está disponível no site do Município e foi encaminhada por e-mail pela empresa conforme demonstrado em anexo.

Não obstante a alegação da recorrida, podemos depreender dos trechos supramencionados que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA se beneficiou da Lei Complementar 123/06.

No entanto, a empresa celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme alegações da recorrente.

Neste sentido dispõe o Art. 4 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

### Comissão de Pregão I

(...)

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Portanto, além de declarar o enquadramento como ME/EPP, nos termos da LC 123/2006, a partir de um critério essencialmente econômico (faturamento), a empresa licitante deverá declarar a observância dos limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 sob o aspecto eminentemente contratual, considerando os negócios firmados no ano de realização da licitação, independentemente se os valores amparados pelos contratos foram faturados ou não naquele ano.

Posto isso, dado o tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas e o fato delas obterem vantagem sobre as demais concorrentes, nos termos da LC nº 123/2006, as suas declarações quando apresentadas em desconformidade com a realidade, assumem a característica de declaração fraudulenta de licitante, sendo punível pela mera conduta, não se vinculando, portanto, ao resultado que sobrevier.



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.387/2024

RUBRICA: 42 FOLHA: 26

### Comissão de Pregão I

Nesse diapasão, considerando o princípio da autotutela, o qual estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os quando inconvenientes ou inoportunos, corroboramos o entendimento da recorrente de que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA não se enquadraria como empresa de pequeno porte, não sendo beneficiária da Lei Complementar 123/06 para regularização de documentos de qualificação fiscal, devendo, por conseguinte, ser desclassificada.

### V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, CONHEÇO dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 276/2023, e no mérito DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pela empresa RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA e NEGÓ PROVIMENTO aos recursos interpostos pelas empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA.

A decisão segue para a Secretaria de Turismo para conhecimento e manifestação neste processo e à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, a fim de que se possa ser agendado o prosseguimento da sessão do PE 276/2023.

Nova Friburgo, 01 de abril de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A  
D E T U R I S M O E  
M A R K E T I N G

**A: Procuradoria Geral do Município**

Prezados,

Encaminho o presente para análise jurídica do recursos apresentados.

Atenciosamente,

Renan da Silva Alves  
Secretário de Turismo  
Mat.: 062.790



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº 247/ CDA/2024

CERTIFICAMOS para os devidos fins em cumprimento ao processo protocolado sob o Nº 7144/2024 a requerimento de **JRF MANUTENÇÃO E SERVIÇOS EIRELI**, CNPJ nº 24.977.781/0001-37; que a referida Empresa, inscrita no Cadastro Mobiliário sob o nº 126811, localizada na Rua Carlos Fox, S/N, Lt 02, Qd 53 – Parte, Bairro: Jardim Catarina, não possui, até a presente data, débitos inscritos em Dívida Ativa na Fazenda Pública Municipal.

Ressalva-se o direito desta Fazenda Pública Municipal de cobrar os “Créditos Tributários” que venham a ser apurados, conforme Artigo 89 da Lei Municipal 041/03.

Esta certidão tem validade de 90 dias a contar da data de expedição.

O referido é verdade e dou fé.

São Gonçalo, 13 de março de 2024

*Celia Coutinho Pereira*  
Matrícula - 14801

Emitida por

*[assinatura]*  
Luzia P. dos S. Rodrigues  
Subprocuradora  
Mat. 118.580

Januza Brandão Assad Santos  
Procuradora Geral  
Matrícula – 124.504



**A: Procuradoria Geral do Município**

Prezados,

Encaminho o presente para análise jurídica do recursos apresentados.

Atenciosamente,

Renan da Silva Alves  
Secretário de Turismo  
Mat.: 062.790





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO  
PROCESSO N° 7387

DIA 10/04/2024

Folhas N° 30 Rubrica B

**Processo: 7.387/2024**

**Recorrente: Uptal Engenharia, Consultoria e Comércio de Artigos Contra Incêndio Ltda.**

**Recorrida: JRF Manutenção e Serviços Ltda.**

**Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023**

## **I. RELATÓRIO**

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação, via registro de preços, de empresa especializada para os serviços de Bombeiro Civil - brigada de incêndio para eventos, apoio à segurança não armada para eventos, locação de banheiro químico e laboratório portátil para eventos.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 04 de abril de ano em curso.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03 que a proposta da recorrida é inexecutável, uma vez que é inferior ao valor mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com registro sob o n. MTE RJ000990/2023, datada de 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 04/16, aduzindo que o valor de R\$ 331,32 é referente à função profissional Free Lancer, não sendo o tipo de contratação utilizada para a efetivação do Contrato.

Afirma que foi declarada vencedora do pregão, tendo apresentado o menor preço e sido devidamente habilitada, bem como que toda a montagem de custos foi efetuada através de preços compatíveis para a realidade da empresa e, havendo dúvidas, caberá à Comissão realizar diligências para comprovação de exequibilidade.



A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 17/26, afirma que, tanto sob o viés doutrinário quanto jurisprudencial, *“não cabe a desclassificação da proposta por inexequibilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados, o que fora realizado pelo Pregoeiro no dia 13/03/2024 às 14:22:32, conforme consta no Termo de Julgamento referente ao grupo 1 que integra o Processo 22.400/2023. Considerando que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, torna-se desarrazoada a alegação da recorrente”*, negando provimento ao recurso.

A Secretaria Municipal de Turismo, às fls. 29, encaminhou os autos a esta Procuradoria para análise jurídica.

É o relatório.

## II. DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
- b) julgamento das propostas;*
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*
- d) anulação ou revogação da licitação;*
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*[...]*





*§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos." (sem grifos no original)*

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

**Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Turismo, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.5 do edital assim dispõe:





*"O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos".*

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou acerca do recurso (fls. 17/26), negando provimento, sob o fundamento de que verificou que a proposta da recorrida não padece de inexequibilidade.

Pois bem. O objeto do recurso versa sobre a exequibilidade da proposta da recorrida.

Inicialmente, cabe registrar que a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024, registrada no MTE sob o n. RJ000990/2023, tem aplicação apenas no Município do Rio de Janeiro/RJ, conforme Cláusula Segunda<sup>1</sup>.

Tratando-se de profissionais com profissão regulamentada e piso salarial definido, deve ser observada a Convenção Coletiva referente ao Município sede da empresa licitante, *i.e.*, deve ser respeitado o piso salarial estabelecido para a categoria.

Ainda que o profissional seja contratado na forma de freelancer, regido pelo art. 452-A da CLT, deverá o contrato *"ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não"*, sendo considerado empregado pelo artigo 3º da CLT.

Portanto, de qualquer forma, s.m.j., as empresas deverão observar o piso da categoria na contratação dos profissionais. Trata-se, portanto, de relação estabelecida entre a empresa e seus profissionais, não se confundindo com o valor estimado da licitação.

<sup>1</sup> [https://www.sindbombeirocivil.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Convencao-Coletiva-2022\\_2024.pdf](https://www.sindbombeirocivil.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Convencao-Coletiva-2022_2024.pdf)



O valor estimado do objeto licitado serve de parâmetro para a elaboração das propostas pelas empresas licitantes, as quais deverão avaliar seus custos para que possam prestar o serviço. O piso salarial é um dos componentes da planilha de custos que influencia no valor final da contratação.

A recorrida alega que o valor de R\$ 331,32 é referente à função profissional Freelancer, não sendo o tipo de contratação utilizada para a efetivação do Contrato, bem como que toda a montagem de custos foi efetuada através de preços compatíveis para a realidade da empresa.

Salvo melhor juízo, assiste razão à recorrida.

A Lei n. 14.133/2021 prevê a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis:

*Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:*

*(...)*

*III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;*

*IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;*

A proposta inexequível é aquela que não se reveste de condições de ser cumprida, porquanto gera mais ônus ao licitante do que vantagens ao contratar com a Administração Pública, tornando a proposta sem condições de ser executada.

Sobre o tema, o TCU<sup>2</sup> afirma que “A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados e deve ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada”.

<sup>2</sup> ACÓRDÃO 1244/2018 - PLENÁRIO.





Considerando que o Pregoeiro, em manifestação de fls. 17/26, afirma que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento e que a alegação da recorrente é desarrazoada, s.m.j., restou afastada eventual inexequibilidade.

Ademais, não se pode afirmar que a disponibilização de propostas com valores menores ao piso são necessariamente inexequíveis, porquanto é permitido fixar a remuneração de maneira proporcional à jornada de trabalho.

Este é o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU no Acórdão 2705/2021-Plenário:

*ENUNCIADO*

*Não deve ser considerada inexequível proposta de licitante que prevê, em sua planilha de preços para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, o pagamento de salário proporcional à jornada semanal definida no edital, ainda que esse valor salarial seja inferior ao piso da categoria, fixado em convenção coletiva de trabalho para jornada semanal de maior duração.*

Outrossim, não se pode olvidar que propostas de preços com valores inferiores ao piso não devem ser desclassificadas automaticamente. A própria Corte de Contas federal já se manifestou nesse sentido<sup>3</sup>:

*“(...) o fato de o licitante apresentar composição de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho é, em tese, somente erro formal, o qual não enseja a desclassificação da proposta, podendo ser saneado com a apresentação de nova composição de custo unitário desprovida de erro, em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público”.*

<sup>3</sup> Acórdão 719/2018-Plenário.



Se a Comissão de Pregão I afirma que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, tendo, portanto, verificado a conformidade da proposta na forma do art. 59 da Lei n. 14.133/2021, s.m.j., não cabe a esta assessoria jurídica se imiscuir no julgamento da proposta da recorrida, cuja atribuição é do Pregoeiro. Ademais, não foi suscitada qualquer dúvida jurídica quanto a este ponto.

### III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria de Turismo** para ciência, manifestação e adoção das providências que entender cabíveis.


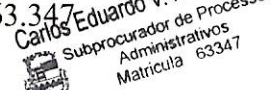
Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É como opina a Subprocuradoria de Processos Administrativos.

Nova Friburgo, 09 de abril de 2024.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula: 62.773

Ratifico o parecer *retro*, em sua integralidade. Pela remessa a **Secretaria Municipal de Turismo** para prosseguimento.

  
Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga  
Subprocurador de Processos Administrativos  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matrícula: 63.347  
  
Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matrícula 63347



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



SECRETARIA  
DE TURISMO E  
MARKETING

Processo n.º	<u>+385/24</u>
Fls.	<u>37</u>
Rúb.	<u>[assinatura]</u>

**A: Comissão de Pregão I**

Prezados,

A Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade toma ciência da decisão do Sr. Pregoeiro, bem como ratifica sua decisão mediante as alegações apresentadas.

Retorno à Comissão de Pregão I para procedimentos cabíveis.

  
Renan da Silva Alves  
Secretário de Turismo  
Mat.: 062.790

**Comissão de Pregão I**

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023.

Processo Licitatório nº: 22.400/2023

Processos de Recurso nº: 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 276/2023

**OBJETO:**

Trata-se de RECURSOS interpostos pelas empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, inscrita no CNPJ: 38.257.479/0001-19, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, inscrita no CNPJ: 34.550.596/0001-15 e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 18.235.645/0001-79, através do Sistema Compras, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recursos Administrativos, conforme comprovam os documentos acostados aos Processos de Recurso nº 7.385/2024, 7.387/2024 e 7.388/2024.





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.387/2024

RUBRICA: 208 FOLHA: 39

## Comissão de Pregão I

### I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recursos a partir do dia 19/03/2024. Conforme consta no Termo de Julgamento que integra o Processo 22.400/2023, as empresas MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA, UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA e RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA manifestaram a intenção de interpor recursos.

Por uma simples análise dos presentes Recursos, verifica-se que os mesmos foram enviados com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

### II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, as recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA alegam que haveria indício de inexecutabilidade da proposta, pois o valor de R\$295,00 ofertado para a diária pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, seria inferior ao mínimo do salário base da categoria de R\$ 331,32, aprovado pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 com o número de registro no MTE: RJ000990/2023 registrado na data 17/05/2023, inviabilizando o pagamento em conformidade com o dissídio.

Já a recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA alega que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ24.977.781/0001-37, declarou-se beneficiária da Lei Complementar 123/06 para regularização de documentos de qualificação fiscal, mas não faria jus ao tratamento diferenciado previsto na referida

## Comissão de Pregão I

Lei, pois teria celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

### III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA alega que não se sustentaria o argumento trazido pelas recorrentes MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA, pois a simples leitura da referida Convenção comprovaria que o valor alegado como "inferior ao valor mínimo do salário base da categoria" deixou de observar que o valor de R\$331,32 na tabela da CCT 2022/2024 MTE RJ000990/2023 seria referente à função profissional FREE LANCER, que não seria o tipo de contratação em questão, pois no caso concreto haveria um contrato entre o profissional e uma empresa.

Já quanto às alegações da recorrente RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, a recorrida alega que:

- 1) não teria havido qualquer declaração preenchida pela empresa declarando ser ME/EPP, conforme seria possível verificar pela documentação anteriormente enviada;
- 2) a Certidão da Dívida Ativa Municipal teria sido prontamente enviada para o sistema dentro do prazo estabelecido, conforme registro de recebimento de anexo através de mensagem do Chat quando solicitada pelo Sr. Pregoeiro em 13/03/2024 às 14:36:37h, assim como os demais documentos de habilitação, não tendo sido aplicado benefício para ME/EPP.



## Comissão de Pregão I

### IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Quanto à alegação de que a proposta apresentada pela empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA seria inexequível, além de observar que tal possibilidade só seria considerada após diligência do pregoeiro que comprovasse que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistiriam custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, conforme o subitem 14.4.1 do Edital, vejamos a jurisprudência do TCU acerca da matéria:

*"A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa. A desclassificação por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, após dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta."* (Acórdão 3092/2014 – Plenário)

*"A desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada."* (Acórdão 1079/2017 – Plenário)

*"É relativa a presunção de inexequibilidade de preços, devendo a Administração ofertar ao licitante a possibilidade de comprovar sua capacidade de bem executar o contrato com os preços propostos."* (Acórdão 964/2010-Primeira Câmara)

*"Em qualquer situação de suposta inexequibilidade é inadmissível a desclassificação direta de licitantes sem que lhes seja facultada oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados."* (Acórdão 79/2010 – Plenário)



### Comissão de Pregão I

*"O exercício do juízo de inexecuibilidade demanda máxima cautela e comedimento, mostrando-se irregular a desclassificação de empresas sem que tenha restado demonstrado, de forma evidente, a impossibilidade de prestação do serviço pelo valor ofertado." (Acórdão 284/2008 – Plenário)*

Sobre a matéria, vide as considerações de JUSTEN FILHO:

*"A desclassificação da proposta por irrisoriedade de preço depende da evidenciação da inviabilidade de sua execução (...). Também deverá ser examinado se o coeficiente de produtividade previsto na proposta (ainda que implicitamente) é adequado aos termos previstos para a execução do contrato."*

Não por outra razão que, tanto sob o viés doutrinário quanto jurisprudencial, tem se afirmado que a inexecuibilidade se reveste de presunção relativa. Isto quer significar, em termos práticos, que poderá a proponente afastá-la (inexecuibilidade), mediante comprovação de sua efetiva capacidade de executar o objeto licitado pelo preço oferecido. E nem poderia ser diferente, eis que seria inconcebível que a mera aplicação de uma fórmula matemática ou critérios máximos de aceitabilidade prevalecessem sobre a realidade.

Conforme os julgados supramencionados, não cabe a desclassificação de proposta por inexecuibilidade sem que seja oportunizada ao licitante a apresentação de justificativas para os valores ofertados, o que fora realizado pelo Pregoeiro no dia 13/03/2024 às 14:22:32, conforme consta no Termo de Julgamento referente ao grupo 1 que integra o Processo 22.400/2023. Considerando que a recorrida apresentou a sua Planilha de Custos a contento, torna-se desarrazoada a alegação das recorrentes.



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 7.387/2024

RUBRICA: *[assinatura]* FOLHA: 43

## Comissão de Pregão I

Já quanto ao enquadramento da JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA como ME/EPP, vejamos o print do sistema que mostra que a declaração da referida empresa para participar da licitação em comento.

<https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/seguro/governo/selecao-fornecedores?etapa=FR&identificador=985867050027620...>

**Compras.gov.br** PREFMUN DE NOVA FRIBURGO | 985867

Seleção de fornecedores - Fase recursal > Pregão Eletrônico - UASG 985867 - N° 276/2023 (SRP) (Lei 14.133/2023)

Online

Itens Fornecedores

Todos os Fornecedores

16784818/0001-82 ME/EPP	M S SERRA SERVICOS LTDA	Itens habilitados: 2 de 2	▼
40.956.540/0001-68 ME/EPP	SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA	Itens habilitados: 1 de 1	▼
24.977.781/0001-37 ME/EPP	JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA	Itens habilitados: 1 de 1	▼

Ademais, no contrato social enviado pela recorrida consta "Empresa de Pequeno Porte", conforme podemos observar a seguir:

**JUCERJA**

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)  
**33.6.0034872-2**

Tipo Jurídico  
**Sociedade empresária limitada**

Porte Empresarial  
**Empresa de Pequeno Porte**

**QR CODE**

Nº do Protocolo  
**2024/00153179-8**

**JUCERJA**  
Último arquivamento:  
00005770178 - 01/11/2023  
NIRE: 33.6.0034872-2  
JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA  
Boleto(s):  
Hash: CCB90429-C8DE-45C5-8077-F9135BC8F458

Órgão	Calculado	Pago
Junta	460,00	460,00
DNRC	0,00	0,00

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

Nome  
**JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA**

Código Ato  
**002**

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX
XXX	XX	XX

Não obstante as informações contidas no sistema Compras.gov e no contrato social, a JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA celebrou contratos com a

### Comissão de Pregão I

Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme alegações da recorrente, não fazendo jus, por conseguinte, aos benefícios da Lei Complementar 123/06.

No entanto, cabe considerar que, conforme os itens 5.1.9 e 5.1.9.1 do edital do PE 276/2023, para se valer dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, a empresa licitante enquadrada como ME/EPP deveria: declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º e apresentar ainda a Declaração atualizada devidamente assinada pelo representante legal e pelo contador (Anexo VI do edital).

Ocorre que, conforme expôs em suas contrarrazões recursais, a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA não enviou qualquer declaração preenchida pela empresa declarando ser ME/EPP, o que impossibilitaria a contemplação do tratamento diferenciado, já que não houve a conjugação dos dois elementos que seriam necessários.

Em um primeiro momento, a transcrição do chat das mensagens enviadas pelo Pregoeiro, poderia levar à conclusão de que a empresa JRF MANUTENCAO E SERVICOS LTDA usufruiu das condições da supramencionada lei.

No entanto, após uma análise mais cautelosa, após os apontamentos jurídicos contidos no parecer da Douta Procuradoria Geral do Município, podemos observar que, não obstante o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação concedido pelo Pregoeiro, a recorrida não gozou de tal benefício, tendo enviado a Certidão Negativa de Dívida Ativa da Prefeitura Municipal de São



### Comissão de Pregão I

Gonçalo no mesmo dia em que ocorreu a solicitação, conforme e-mail acostado aos autos.

Por meio da análise da Ata de realização do Pregão emitida pelo sistema, podemos observar que fora concedido o prazo estipulado no item 15.10 do edital para todas as empresas participantes do certame, para sanar pendências de documentação, em conformidade com o art. 64 da Lei nº14.133/21.

Nesse diapasão, o aceite da Certidão Negativa do Município de São Gonçalo não implicaria em benefício indevido, mas sim na apresentação de documento atestando a condição de habilitação preexistente, tendo tal possibilidade sido estendida aos outros licitantes do certame, de forma a privilegiar o princípio da isonomia.

### VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 276/2023, e no mérito **NEGO PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas **RIOFORTE GESTAO E SERVICOS LTDA, MASTER FIRE SISTEMAS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNDIO LTDA e UPTAL ENGENHARIA CONSULTORIA E COMERCIO DE ARTIGOS CONTRA INCENDIO LIMITADA.**

Nova Friburgo, 18 de abril de 2024.

  
Leonardo Gabrig Peixoto  
Pregoeiro - Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934